



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Licenciatura em Direito (ano letivo 2021/2022)

Unidade curricular

Direito Processual Civil I (Turma Noite)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Professora Doutora Isabel Alexandre – 4 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Mestre Iolanda Bastos (4 horas semanais)

Dr.ª Susana Coelho (4 horas semanais)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Compreender a relevância do Direito Processual Civil, enquanto ramo do Direito, para a tutela das situações jurídicas substantivas, identificar os principais problemas que a tutela desses direitos coloca e apreender os conceitos básicos do Direito Processual Civil, enquanto disciplina científica. Conhecer as traves mestras da organização judiciária portuguesa. Analisar os pressupostos processuais relativos ao tribunal e às partes e compreender as consequências da falta do seu preenchimento.

Conteúdos programáticos

I. Noções introdutórias de direito processual civil

1. Noção de direito processual civil
2. O processo civil como objeto do direito processual civil
 - a) O processo civil como processo jurisdicional
 - Processo e processo jurisdicional
 - Os vários processos jurisdicionais
 - O princípio da proibição da justiça privada
 - A justiça estadual e a resolução alternativa de litígios
 - Direito de acesso aos tribunais
 - Garantias da função jurisdicional
 - b) Estrutura do processo civil
 - Sequência de atos jurídicos
 - Ordenação dos atos processuais em fases
 - Rigidez e flexibilidade processual
 - Preclusões
 - Especial regime de invalidade dos atos processuais
 - c) Fim do processo civil
 - Tutela dos direitos
 - Processo declarativo: noção e espécies de ações declarativas
 - Processo executivo: noção, título executivo e espécies de ações executivas



- Relação entre o processo declarativo e o processo executivo
- Procedimentos cautelares: noção e relação com o processo declarativo e o processo executivo
- Fim e resultado do processo civil: a possibilidade de o processo civil não atingir o seu fim
- d) Objeto do processo civil
 - A indefinição da lei: pretensão, conflito de interesses, relação material controvertida, litígio
 - Pedido e causa de pedir
- e) Sujeitos do processo civil
 - Tribunal: noção; composição (juízes, Ministério Público e secretaria)
 - Partes: noção; designações
 - Princípio da dualidade de partes
 - Partes principais e partes acessórias
 - Aquisição da qualidade de parte
 - Modificação da parte
 - Partes e titulares do objeto do processo
 - Sujeitos processuais e intervenientes acidentais
- f) A relação processual
 - Instância
 - Início da instância
 - Modificação da instância (remissão)
 - Suspensão da instância
 - Extinção da instância: causas
- g) Formas do processo civil
 - Noção de forma de processo
 - Processo comum e especial
 - Processos especiais previstos no CPC
 - Disposições aplicáveis aos processos especiais
 - Processos especiais previstos em diplomas avulsos
 - Os procedimentos do anexo ao DL n.º 269/98, de 1 de setembro
 - Processos de jurisdição voluntária
 - Formas do processo comum
 - Valor da causa e forma de processo comum
 - Fases do processo comum de declaração
 - Formas do processo civil e espécies de ações (declarativas e executivas)
 - A adequação formal
- 3. Características do direito processual civil
 - a) Direito público
 - b) Direito adjetivo
 - c) Direito instrumental
 - d) Direito subsidiário
- 4. História breve do direito processual civil português
 - Ordenações



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Reforma Judiciária, Nova Reforma Judiciária e Novíssima Reforma Judiciária
 - Código de Processo Civil de 1876
 - Código de Processo Civil de 1939
 - Código de Processo Civil de 1961: referência às suas principais alterações e, em especial, à revisão de 1995-1996
 - Código de Processo Civil de 2013 (CPC): referência às suas alterações
5. Fontes atuais do direito processual civil português
 - a) Internacionais
 - b) Europeias
 - c) Nacionais
 - CPC: a sistematização do Código
 - Referência a outra legislação mais relevante
 6. Princípios do direito processual civil
 - a) Princípio da igualdade de armas
 - b) Princípio do contraditório
 - c) Princípio do dispositivo: manifestações
 - d) Princípio do inquisitório
 - e) Princípio da oficiosidade
 - f) Princípio da cooperação
 - g) Princípio da boa-fé
 - h) Princípio da gestão processual
 - i) Princípio da economia processual
 - j) Princípio da submissão aos limites substantivos
 - k) Princípio da tutela provisória da aparência
 7. Lei processual
 - a) Interpretação e integração
 - b) Aplicação no tempo
 - c) Aplicação no espaço
 8. Importância prática do direito processual civil
 9. O direito processual civil como disciplina científica
 10. O ensino do direito processual civil na FDUL
 - Licenciatura
 - Mestrado em Direito e Prática Jurídica
 - Mestrado em Ciência Jurídica
 - Doutoramento

II. Atos processuais

1. Noção de ato processual
2. Atos processuais e factos processuais
3. Atos mistos
4. Atos do tribunal
 - Aspectos gerais
 - Atos do juiz ou dos juízes



- Atos do Ministério Público
 - Atos da secretaria
 - Atos do tribunal, enquanto órgão
5. Atos das partes
 - Aspectos gerais
 - Atos em sentido estrito e negócios processuais
 - Atos postulativos e atos constitutivos
 6. Forma dos atos processuais
 7. Lugar da realização dos atos processuais
 8. Prazos dos atos processuais
 - Razão de ser e modo de contagem
 - Prazos dilatatórios e perentórios
 - Prazos gerais
 - Prática do ato fora do prazo
 - Justo impedimento
 - Prorrogabilidade dos prazos
 9. Falta e vícios da vontade nos atos processuais
 10. Nulidades dos atos processuais
 - a) Nulidades do processo ou nulidades processuais e nulidades da sentença
 - b) Nulidades principais ou nominadas e secundárias ou inominadas
 - Aspectos do regime das nulidades principais ou nominadas
 - Aspectos do regime das nulidades secundárias ou inominadas
 - c) Nulidades processuais e nulidades do direito substantivo
 - d) Nulidades processuais e falta de preenchimento de pressupostos processuais

III. Pressupostos processuais

1. Noção de pressuposto processual
2. Pressuposto processual, condição de existência da ação e condição de procedência da ação
3. Exemplos de pressupostos processuais
4. Classificações
5. Falta de preenchimento dos pressupostos processuais
 - a) Sanabilidade do vício e dever de sanção do vício
 - b) Exceção dilatória
 - c) Indeferimento liminar, absolvição do réu da instância, remessa do processo para o tribunal competente
 - d) Possibilidade de proferimento de decisão de mérito

IV. Tribunal

1. Categorias de tribunais na organização judiciária portuguesa
2. Hierarquia dos tribunais judiciais: Supremo Tribunal de Justiça; tribunais da Relação; tribunais judiciais de 1ª instância
3. Hierarquia e alçadas



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

4. Pressupostos processuais relativos ao tribunal: significado e abrangência do conceito
5. Sujeição à jurisdição portuguesa
 - a) Noção
 - b) Imunidades de jurisdição
6. Competência internacional dos tribunais portugueses
 - a) Noção
 - b) Competência internacional direta e indireta
 - c) Lei reguladora da competência internacional
 - d) Regulamento (UE) n.º 1215/2012
 - Âmbito de aplicação
 - Principais critérios
 - e) Referência breve a outros regulamentos europeus sobre competência internacional
 - f) Aferição da competência internacional à luz do CPC
 - g) A relevância da vontade das partes: os pactos de jurisdição
7. Competência na ordem jurídica interna
 - a) Noção
 - b) Os critérios constantes da LOSJ e do CPC
 - Aspectos gerais
 - Critério da matéria: dupla vertente
 - Critério da hierarquia
 - Critério do valor e da forma de processo
 - Critério do território
 - c) Aplicação do ROFTJ na identificação do tribunal competente
 - d) Articulação entre a competência dos tribunais judiciais e a dos julgados de paz
 - e) A relevância da vontade das partes: os pactos de competência
8. Competência dos tribunais do Estado
 - a) Tribunais do Estado e tribunais arbitrais
 - b) Convenções de arbitragem
9. Extensão da competência
10. Incompetência internacional
 - a) Regime do Regulamento (UE) n.º 1215/2012
 - b) Regime do CPC
11. Incompetência na ordem jurídica interna
 - a) Em razão da matéria
 - b) Em razão da hierarquia
 - c) Em razão do valor e da forma de processo
 - d) Em razão do território
12. Preterição de tribunal arbitral
13. Conflitos de jurisdição
14. Conflitos de competência
15. Garantias da imparcialidade
 - a) Aspectos gerais
 - b) Impedimentos
 - c) Suspeições



V. Partes

1. Pressupostos processuais relativos às partes: elenco
2. Personalidade judiciária
 - a) Noção
 - b) Medida e extensão da personalidade judiciária
 - c) Consequências da falta de personalidade judiciária
3. Capacidade judiciária
 - a) Noção
 - b) Medida
 - c) Suprimento da incapacidade judiciária dos menores e dos maiores acompanhados sujeitos a representação
 - d) Efeitos da incapacidade judiciária não suprida dos menores e dos maiores acompanhados sujeitos a representação
 - e) Suprimento da incapacidade judiciária dos maiores acompanhados não sujeitos a representação
 - f) Efeitos da incapacidade judiciária não suprida dos maiores acompanhados não sujeitos a representação
 - g) Suprimento da incapacidade judiciária através de curador provisório ou especial
 - h) Suprimento da incapacidade judiciária do incapaz de facto que seja réu
 - i) Casos de representação judiciária que não assentam em incapacidade judiciária
4. Legitimidade
 - a) Conceito legal
 - b) Aferição da legitimidade singular direta
 - c) Legitimidade singular indireta ou substituição processual
 - d) Legitimidade nas ações para a tutela de interesses difusos
 - e) Litisconsórcio
 - Noção
 - Modalidades
 - f) Ilegitimidade e suas consequências
5. Interesse processual ou interesse em agir
 - a) Noção e razão de ser
 - b) Casos de falta de interesse processual
 - c) Consequências da falta de interesse processual
6. Patrocínio judiciário
 - a) Noção
 - b) Constituição obrigatória de advogado
 - c) Consequências da falta de constituição de advogado, quando obrigatória
 - d) Mandato judicial
 - e) Falta, insuficiência e irregularidade do mandato judicial
7. Modificações subjetivas da instância
 - a) Substituição das partes e intervenção de terceiros
 - b) Habilitação



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- c) Modalidades de intervenção de terceiros
- Aspetos gerais da intervenção de terceiros
 - Intervenção principal
 - Intervenção acessória
 - Oposição

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O estudo (designadamente) da função instrumental do processo civil, dos princípios do Direito Processual Civil e da natureza subsidiária deste ramo do Direito face a outros ramos do Direito Processual permitirá aos Alunos compreender a relevância do Direito Processual Civil para a tutela dos direitos. O confronto entre o processo civil e os outros modos de resolução de litígios permitirá aos Alunos identificar os principais problemas que a tutela dos direitos coloca. O estudo de certos conceitos, como o de pressuposto processual, será para os Alunos um estudo formativo para muitas outras disciplinas jurídicas. A matéria da competência será lecionada em articulação com a da organização judiciária, o que permitirá aos Alunos conhecer as várias categorias de tribunais e as relações entre eles. O estudo dos pressupostos processuais relativos às partes será realizado em articulação com o das consequências da sua não verificação, o que permitirá aos Alunos apreender a importância da verificação daqueles e a relevância do próprio conceito de pressuposto processual, sob o ponto de vista científico e na prática dos tribunais.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas teóricas serão essencialmente expositivas, sem prejuízo da ilustração das matérias com casos práticos e da resolução, sempre que possível, de dúvidas colocadas pelos Alunos durante as aulas. As aulas práticas consistirão na realização de hipóteses pelos alunos, no esclarecimento de dúvidas emergentes do estudo, na análise de jurisprudência e no debate de problemas colocados pelo Docente e/ou pelos Alunos, sem prejuízo da exposição da matéria pelo Docente, quando tal se justifique pela orientação dos alunos e sistematização da matéria trabalhada em aula. Os Alunos serão incentivados a analisar criticamente e fundamentadamente a doutrina e a jurisprudência e os Docentes dar-lhes-ão apoio nessa tarefa. A participação dos Alunos em aula corresponderá a metade da nota da avaliação contínua, nos termos do art. 15º, n.º 2, do Regulamento de Avaliação.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A combinação entre o ensino teórico e o prático e o enfoque dado à orientação dos Alunos pelos Docentes e à problematização e observação da realidade judiciária permitirá aos Alunos obter uma formação sólida em Direito Processual Civil, que poderão complementar com especializações, mais tarde, em outras áreas processuais.

Bibliografia principal

Assinalam-se apenas obras portuguesas de âmbito geral.

As obras referentes a pontos específicos do programa, as obras estrangeiras e as obras publicadas durante o ano letivo de 2021/2022 serão referenciadas nas aulas teóricas e práticas.

ALMEIDA, Francisco Manuel Lucas Ferreira de, Direito processual civil, vols. I (3ª ed.) e II (2ª ed.),



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Almedina, 2019 (reimpr. 2020-2021)
AMARAL, Jorge Augusto Pais de, Direito processual civil, 15ª ed., Almedina, 2019 (reimpr. 2021)
ANDRADE, Manuel Augusto Domingues de, Noções elementares de processo civil (com a colaboração do Prof. Antunes Varela; nova edição revista e actualizada pelo Dr. Herculano Esteves), Coimbra Editora, 1979
BARROS, João Miguel, Sistema Judiciário Anotado, 2.ª ed., AAFDL, 2017
BRITO, Wladimir, Teoria geral do processo, Almedina, 2019 (reimpr. 2020)
CASTRO, Artur Anselmo de, Direito processual civil declaratório, 3 vols., Almedina, 1981-1982
FARIA, Paulo Ramos de / LOUREIRO, Ana Luísa, Primeiras notas ao novo Código de Processo Civil, vol. I (2ª ed.), Almedina, 2014
FREITAS, José Lebre de
– A ação declarativa comum à luz do Código de Processo Civil de 2013, 4ª ed., Gestlegal, 2017
– Introdução ao processo civil: Conceito e princípios gerais à luz do novo Código, 4ª ed., Gestlegal, 2017
– / ALEXANDRE, Isabel, Código de Processo Civil anotado, vols. I (4ª ed.) e II (4ª ed.), Almedina, 2018-2019 (reimpr. 2021)
GERALDES, António Santos Abrantes / PIMENTA, Paulo / SOUSA, Luís Filipe Pires de, Código de Processo Civil anotado, vol. I, 2ª ed., Almedina, 2020 (reimpr. 2021)
MARQUES, João Paulo Remédio, Acção declarativa à luz do Código revisto, 3ª ed., Coimbra Editora, 2011
MENDES, João de Castro, Direito processual civil, vols. I e II, AAFDL, 1986-1987
PIMENTA, Paulo, Processo civil declarativo, 3ª ed., Almedina, 2020 (reimpr. 2021)
PINHEIRO, Luís de Lima, Direito Internacional Privado – III/I – Competência Internacional, 3.ª ed. refundida, AAFDL, 2019
PINTO, Rui, Código de Processo Civil anotado, vols. I e II, Almedina, 2018
REGO, Carlos Francisco de Oliveira Lopes do, Comentários ao Código de Processo Civil, vols. I e II, 2ª ed., Almedina, 2004
REIS, José Alberto dos
– Código de Processo Civil anotado, vols. I a VI, Coimbra Editora, 1948-1953;
– Comentário ao Código de Processo Civil, vols. I a III, Coimbra Editora, 1960, 1945 e 1946
RODRIGUES, Fernando Pereira, Noções fundamentais de processo civil, 2ª ed., Almedina, 2019
SOUSA, Miguel Teixeira de
– As partes, o objecto e a prova, Lex, 1995;
– Estudos sobre o novo processo civil, 2ª ed., Lex, 1997;
– Introdução ao processo civil, 2ª ed., Lex, 2000
VARELA, João de Matos Antunes/ BEZERRA, J. Miguel / NORA, Sampaio e, Manual de processo civil, 2ª ed., Coimbra Editora, 1985
XAVIER, Rita Lobo /FOLHADELA, Inês/CASTRO, Gonçalo Andrade e, Elementos de direito processual civil (Teoria Geral / Princípios / Pressupostos), 2ª ed., Universidade Católica Editora, 2018